

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL 30/11/2009

A esfinge amazônica e o desenvolvimento sustentável

A Insensatez persistente.

Duas polêmicas envolvem e misturam-se ao se falar de Amazônia. Criam paixões, interesses, informações e desinformações. São questões complexas, estratégicas, que se relacionam com o futuro do País e do Mundo. Desafiam a nação brasileira que tem a oportunidade de enfrentá-las e com isso assumir posição de relevância mundial. Estamos falando da soberania brasileira sobre a Amazônia e do desenvolvimento sustentável.

A vida na Amazônia é dura diante do processo de modernização. Definir um modelo de desenvolvimento capaz de dar um elevado padrão de vida e manter o estilo amazônico em qualquer de suas muitas características é um desafio que só pode ser vencido por uma política criativa e por uma coerente ação de Estado. Nada mais distante disso do que a forma de ocupação e de ordenação estatal da vida cotidiana da Amazônia, onde a tradição se somam inépcia e corrupção plasmando uma realidade em que o absurdo se impõe ao espaço e a vida social.

O Brasil pode perder a Amazônia nos próximos anos. Não só pela cobiça internacional, que é histórica, mas porque a população brasileira pode escolher a internacionalização como estratégia de ocupação e vida na região. As populações da Amazônia estão diante de uma triste dicotomia: avançar com o processo predatório de conquista do território (a palavra conquista já trai a natureza equivocada e contraditória do processo que vê no espaço um inimigo), ou aderir a uma idílica proposta verde que preserva a natureza, esquecendo os aspectos políticos e a complexidade sócio-econômica do mundo contemporâneo. Quaisquer das duas alternativas levam, caso sejam implementadas, a um mesmo resultado, a perda de soberania por uma intervenção internacional e civilizatória.

O espaço que serve de cenário para esta insensatez persistente assume aspectos dantescos nos dias atuais. Sobressai a violência contra a natureza e a população. Florestas e queimadas, cidades e aldeias misturando riqueza e miséria, e, nos últimos tempos, além das cheias surgiu um elemento novo - a seca.

Chegamos a esse quadro lentamente. Inicialmente a ocupação subiu o curso dos rios. A geopolítica portuguesa, as drogas do sertão, a escravização de índios e, mais tarde, a exploração da borracha impulsionaram essa piracema humana. A partir do século XX, a região vive uma nova forma de ocupação. Estando, ao sul e ao leste, cercada de cerrados e caatingas, áreas de expansão da fronteira agrícola, a floresta sofreu as primeiras significativas ondas de colonizações a partir dessas vizinhanças, na esteira da construção de Brasília e de um sistema de rodovias.

Com um planejamento regional superficial e uma inexistente gestão governamental, o resultado do processo de ocupação territorial gerou um quadro complexo. O modelo de ocupação, que combinou desmatamento com pecuária extensiva, é criticado por parte significativa da opinião pública nacional e internacional. Os problemas sociais e ambientais estão presentes em quase todas as reportagens e trabalhos acadêmicos. Drogas, queimadas, extração de madeiras e extermínio de espécies nativas são idéias imediatamente associadas à realidade amazônica.

Às críticas ao modelo agrário de ocupação se somam aquelas relacionadas aos grandes projetos de mineração, de geração de energia e projetos industriais. A defesa de todas estas formas de ocupação é estigmatizada como uma posição atrasada e corporativa.

Tudo isto produz um ambiente adverso aos projetos de desenvolvimento para a região, que são indispensáveis para o desenvolvimento brasileiro, independentemente de sua origem governamental ou privada. As idéias de desenvolvimento sustentável, conceito simpático e mal definido, inspiraram, na prática, projetos pequenos e, quase sempre, mais conservadores do que conservacionistas.

O “conservadorismo ambientalista” e o “desenvolvimentismo conservador”, com destruição ambiental, são as alternativas apresentadas que, criando uma falsa dicotomia, imobilizam tanto o poder público quanto o setor privado, incapazes que são de definirem um projeto de desenvolvimento que atenda os aspectos econômicos e ambientais simultaneamente.

O quadro que se descortina neste início de século XXI não poderia ser mais confuso. É visível que nos defrontamos com as velhas e difíceis questões do desenvolvimento econômico, acompanhadas por uma problemática geopolítica renovada e amplificada. As duas questões estão misturadas e superpostas: A questão da soberania e controle efetivo do território – a Amazônia Brasileira será brasileira no futuro? – e a questão do meio-ambiente ou, como denominamos acima, desenvolvimento sustentável.

O paradoxo na riqueza

A idéia de subdesenvolvimento tem na Amazônia um exemplo instigante e original. Apesar de não ser caracterizada por possuir grandes contingentes de miseráveis, um segmento expressivo de sua população rural vive em condições atrasadas sem luz elétrica, água potável, isolado em pequenas comunidades desprovidas de serviços básicos indispensáveis. Para este, entretanto, a subsistência alimentar está quase sempre garantida: o peixe, o açaí, a farinha d’água, entre outros produtos que a natureza regional é ainda pródiga, garantem o comer do amazônida, seja índio ou caboclo.

A miséria, como conhecemos, está nas cidades. Nas grandes, como é de se esperar, e, também, nas cidades de fronteira agrícola, que crescem rapidamente nas mais precárias condições. Com o esgoto misturando-se com o lixo plástico não degradável nas ruas, praças, entupindo igarapés, dando origem a impressionantes aglomerados de palafitas.

Tradicionalmente a base da economia rural (não confundir com agrícola) se assentou no extrativismo vegetal ou mineral. Atividade que, até hoje, dado o baixo nível técnico em que é praticada, acelera a erosão genética ou dos recursos não renováveis.

Atualmente o extrativismo, ao contrário do passado, é praticado em diferentes escalas. Ainda temos o pequeno e arcaico extrativista, o castanheiro, o seringueiro, o pescador que no baixo amazonas já se defronta com dificuldade para encontrar o peixe, o caboclo, que derruba o açaí novo e produtivo para vender o palmito e, não devemos esquecer, o garimpeiro. Mas também temos os grandes, as madeireiras, inclusive estrangeiras, que arrasam as florestas, os barcos pesqueiros que dizimam cardumes e ameaçam a diversidade ictiológica.

A produção agropecuária, praticada em base extensiva, sustenta uma modernização aparente que é consistente apenas com um projeto de apropriação imobiliária. Pois esta é a tônica da ocupação das terras na Amazônia. A apropriação de grandes terras através da grilagem, da concessão e até da reforma agrária, que lá se combina com um perverso processo de concentração fundiária, na medida em que o camponês, sem condições de explorar racionalmente o seu lote, após algumas roças na coivara, vende e migra para a cidade ou para demandar novas terras. Todas estas formas que têm em comum o uso do fogo como forma rápida de criar uma terra utilizada, esta sim o argumento definitivo que garante a futura propriedade legal.

Esta propriedade fundiária absoluta, tão cara ao capitalismo e objeto finalístico da ocupação, funda um novo tecido de relações sociais onde o caboclo extrativista, antes preso por laços mercantis e semifeudais, é abruptamente transformado ou, melhor, substituído por

trabalhadores volantes, que são empregados muitas vezes em condições que lembram a escravidão. Boa parte da tensão fundiária na região e da luta pela conservação, seja em reservas extrativistas, terras indígenas e outros tipos de unidades de conservação, estão relacionadas a esta ocupação e apropriação latifundiária da terra.

Ocupação pela agricultura capitalista é fato relativamente recente e está ocorrendo, de fora pra dentro, com a expansão da soja no rastro do arco do desmatamento. Em Rondônia, Mato Grosso, no Maranhão e Tocantins, no Pará da transamazônica e na parte sul e oriental e em Roraima encontramos grandes unidades de moderna agricultura familiar que estão na raiz de uma promissora ou problemática (o futuro dirá) modernização da agricultura local.

Nas cidades o processo não é menos problemático. O Amazonas é o único estado da região cuja base econômica é eminentemente industrial, em decorrência do Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, que apesar dos expressivos números de empregos e faturamento, não se integra com a economia regional e funciona como uma plataforma de processamento de importações. Em todo Norte, as demais indústrias pesadas, mineradoras, metalúrgicas e de energia atuam como verdadeiros enclaves produzindo para mercado externo à região.

O somatório das riquezas produzidas pelos estados da região amazônica representam algo como 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, evidenciando que a política de priorização de investimentos públicos ainda não é feita visando reduzir as grandes diferenças de nível de desenvolvimento entre o SUL/SUDESTE e as demais regiões do país.

A importância econômica da região, entretanto, não pode ser mensurada pelo atual nível de participação no PIB, mas por seu extraordinário potencial.

Potencialidades Evidentes.

A Amazônia, apesar de ter uma baixa densidade demográfica, 4,5 habitantes por km², e uma elevada taxa de urbanização (70%), possui uma população rural, com expressivos contingentes florestais e extrativistas, que conhece a região, está ali aclimatada e é uma das bases demográficas para o potencial desenvolvimento regional.

Embora a maioria da população regional seja urbana a região ainda é uma fronteira agrícola e atrai imigrantes para o espaço que é conhecido como o arco de desmatamento. Se Pará e Rondônia registraram saldos migratórios negativos entre 1991 e 2000, exportando migrantes e invertendo os saldos positivos nas décadas anteriores, o que é um comportamento típico de fronteira agrícola velha, os saldos migratórios positivos passaram a ocorrer na última década em Roraima, Amapá e Mato Grosso, os dois primeiros constituindo pólos de atração para os emigrantes do Pará e do Maranhão.

Um fato não intuitivo que merece ser destacado é o caráter urbano da expansão da fronteira agrícola. O processo de ocupação e desmatamento das terras é acompanhado com a criação de núcleos urbanos onde os serviços e indústrias de apoio se estabelecem. São as oficinas, postos de gasolina, farmácias, lojas de material agropecuário, serrarias, hotéis baratos, num primeiro momento, depois oferecendo algum conforto, lojas de eletrodomésticos, restaurantes e cabarés, seguindo a mesma lógica dos hotéis, etc.

Na periferia dessas cidades, barracos e palafitas, nas margens dos rios ou lagoas, abrigam um campesinato proletarizado indiferentemente urbano e rural, que ora luta pela terra e migra expandindo a fronteira agrícola, ora migra para cidades maiores, garimpos, canteiros de grandes obras.

Mas o que é relevante registrar é que, apesar da baixa densidade demográfica, a Amazônia possui uma população – rural e urbana - adaptada e com estratégias de sobrevivência apropriadas as especificidades da região. Não é um deserto ou vazio a ser povoado, nem um

espaço onde as atividades possam ser implementadas sem levar em conta a experiência da população lá residente.

A Amazônia é uma imensa província mineral. Nas dobras dos planaltos Central e das Guianas encontramos, entre outras, inúmeras reservas de ferro, alumínio, cobre, ouro, diamante, nióbio e minerais energéticos como urânio, petróleo e gás. O inventário não está completo, níquel, estanho, cobre, manganês, zinco, potássio etc., também são encontrados. É tanto minério, é tanta riqueza que a enumeração do inventário não parece ser um discurso crível.

Menos crível, ainda, é o relaxamento com que o país trata desta questão. E é o país, não só o Governo! O Brasil não pensa a Amazônia. Ou a pensa de forma alegórica e caricata (rios, onças e araras), ou estarrece-se diante de uma modernização bárbara do fogo, da violência, da poluição e miséria.

A floresta amazônica tem um imenso potencial madeireiro e sua biodiversidade, possui 10% de toda a biota universal, lhe dá oportunidade para o desenvolvimento de indústrias, da químico-farmacêutica à de móveis, celulose, construção naval etc. Artesanalmente são inúmeros os produtos da floresta que podem ser explorados comercialmente pela população amazônica. Alimentos, essências e elementos decorativos para citar alguns.

A infinita disponibilidade de água torna a região um espaço privilegiado para o desenvolvimento da aqüicultura. Esta nova atividade, intensiva em tecnologia, pode ser implementada com manejo simplificado incorporando as populações ribeirinhas e permitindo o controle da pesca, que, atualmente, está se tornando uma atividade predatória. O outro elemento essencial para tal desenvolvimento é também abundante na região. “Naércio Menezes, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP), informa que se estima entre 2.500 e 3.000 o número de espécies de peixes de água doce na América do Sul. Do total, 1.500 são encontradas no Brasil e 1.000, na Bacia Amazônica. Admite-se, porém, que haja no continente mais de 5.000 espécies de peixes fluviais e lacustres e, na Amazônia, certamente o número passaria de 2.000. No entanto, Manuel Musa Filho, vice-presidente da CNDDA e integrante de seu Departamento de Estudos, dá uma informação sobre a qual todas as dúvidas foram tiradas com os devidos temperos: as espécies comestíveis são 120. Entre elas, estão os dois recordistas mundiais dos peixes fluviais de couro e de escama, respectivamente: a piraíba, que supera os 300 quilos, e o pirarucu, com mais de 100 quilos” (www.amazonialegal.com.Br).

Solos rasos e arenosos, localizados na borda do planalto central e sujeitos à erosão quando a cobertura florestal é removida, várzeas úmidas e férteis, com limites à introdução da mecanização tornam restrita a disponibilidade de terras para agricultura intensiva na Amazônia. “Na década de 1970, o Radam-Brasil mapeou a capacidade de uso do solo da Amazônia legal. Concluiu-se que somente 10,7% do solo da Amazônia podem ser considerados (...) sem restrições para a agricultura e pecuária.”(O LIVRO DE OURO DA AMAZÔNIA, João^a Meirelles, EDIOURO,2004, pág 38).

Mas a região tem inequívoca vocação florestal. Além do manejo racional das florestas e de experiências de agroflorestamento, atividades adequadas à exploração familiar, é possível, em escala industrial, a silvicultura de madeiras nobres para mobiliário, para a produção de celulose e carvão, cultivos de cacau, café, guaraná etc.

A industrialização e comercialização dos produtos da floresta, óleos comestíveis (palmeiras e castanha), polpas, sucos, sorvetes, refrigerantes e, também, de óleos e essências aromáticas, corantes, etc, deve merecer uma política específica. Um exemplo que está pronto para ser implementado é o da produção de biodiesel a partir do dendê. Um hectare de dendê produz cinco mil quilos de óleo/ano, contra quatrocentos quilos produzidos pela soja no mesmo espaço e tempo, o que demonstra que este combustível pode ser a alternativa para iluminação de pequenas e médias comunidades isoladas da Amazônia brasileira.

A utilização da população local não só é possível como é fundamental para lastrear a agroindústria na produção agro-florestal. Modelos que articulem a produção familiar e a indústria moderna devem ser incentivados e apoiados pelos órgãos de financiamento. O dendê, para continuarmos no nosso exemplo, mostra como uma política de articulação do pequeno produtor com a agroindústria pode integrar as populações tradicionais da Amazônia.

Mas, além da floresta e da coleção de imensas províncias minerais, a Amazônia tem energia hidroelétrica e gás natural. O programa Radan estimou um potencial hidroelétrico mobilizável da Calha Amazônica de 130 mil MW. O Complexo Petrolífero de Urucu, com 130 bilhões de m³ de gás (www.amazonwatch.org), tem plena capacidade de abastecer, com gás liquefeito do petróleo (GLP), toda a Amazônia Legal. É um potencial não utilizado. Combinado com o potencial hidroelétrico da região, dos quais menos de 10% está explorado, poderia dar sustentação a uma indústria moderna, não poluente, que utilizasse os recursos da região.

E a Amazônia Brasileira está perto do carvão colombiano e do gás venezuelano, que já se discute com a perspectiva de um gasoduto integrando a América do Sul. Portanto, tudo está a indicar que em prazo relativamente curto a região pode transformar-se em um grande pólo metalúrgico e metal-mecânico e não numa simples exportadora de matérias-primas minerais.

A Zona Franca de Manaus deve ser repensada e integrada a uma política industrial nacional. Não pode funcionar como uma plataforma processadora de importação e deve, articulada com a indústria brasileira e com a economia regional, aprofundar e intensificar o conteúdo tecnológico dos itens nacionais.

A natureza exótica lhe dá enorme potencial turístico desde que seja desenvolvida a necessária infra-estrutura e se promovam eventos científicos e comerciais que divulguem a região. O desenvolvimento urbano da região baseado numa nova forma de ocupação construirá cidades com serviços sofisticados, universidades, centro de pesquisas que atraiam pessoas, não apenas turistas, para a construção de uma civilização nas florestas tropicais.